



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1 - - - - **ATA N.º 01/2015** – Reunião ordinária da Câmara Municipal de Gouveia,
2 realizada no dia oito de janeiro de dois mil e quinze.

3 - - - - Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade
4 de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões, pelas quinze
5 horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Gouveia,
6 estando presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as), Luís Manuel Tadeu
7 Marques, Presidente, Armando José dos Santos Almeida, Joaquim Lourenço de
8 Sousa, Maria de Lurdes Ferreira Borrego da Silva, Teresa Maria Borges Cardoso,
9 Zulmira Maria Simões Saraiva de Almeida Pais, Maria Helena Marques
10 Gonçalves, Vereadores, António Manuel Monteiro Mendes, Chefe da Divisão de
11 Infraestruturas e Ambiente, comigo Alice Oliveira Ferrão, Chefe da Divisão de
12 Finanças, Património e Aprovisionamento.

13 - - - - Verificando-se que a Câmara estava reunida em número legal suficiente
14 para deliberar, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

15 - - - - **1. APROVAÇÃO DE ATAS:-** Tendo-se procedido à leitura da ata n.º
16 24/2014, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INFORMAÇÕES

3.1) INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE

20 - - - - **3.1.1) VOTOS DO SENHOR PRESIDENTE:-** Desejou a todos, quer em
21 termos pessoais, quer em termos profissionais, um Bom Ano e votos de uma boa
22 colaboração em prol do desenvolvimento de Gouveia.

23 - - - - **3.1.2) INICIATIVA DE APOIO AO COMÉRCIO LOCAL:-** Fez um balanço da
24 iniciativa de apoio ao comércio local levada a efeito durante a época natalícia, que
25 correu bastante bem e que culminou, na segunda feira à noite, com o sorteio e
26 entrega dos prémios que, quer a Câmara Municipal, quer uma entidade privada,
27 ofereceram para o efeito e que teve bastante adesão, pois pelos cupões
28 existentes na tombola, significou mais de meio milhão de euros em compras no
29 comércio local.

30 - - - - **3.1.3) CANTAR DAS JANEIRAS 2015:-** Felicitou todas as Instituições do
31 concelho que participaram na edição do Cantar das Janeiras, que se realizou no



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

32 Teatro Cine de Gouveia, no dia 6 de janeiro, que contou este ano com uma
33 novidade, porquanto a Câmara em parceria com o Grupo de Teatro Escola Velha
34 puseram em prática alguns momentos de boa disposição e maior interligação de
35 modo a diminuir as pausas entre a atuação dos diferentes grupos.

36 - - - - **3.1.4) CONTAS POUPANÇA BÉBÉ:-** No âmbito das ações de promoção da
37 natalidade, deu conhecimento da iniciativa que a Câmara teve, juntamente com
38 quatro Instituições bancárias com Agências no concelho, que permitiu a oferta de
39 “Contas Poupança Bébé” às 70 crianças nascidas e registadas no concelho, no
40 ano de 2014.

41 Deu ainda conhecimento de que, com o patrocínio de uma dessas instituições
42 bancárias, o Município de Gouveia vai entregar ao primeiro menino e à primeira
43 menina que nascerem em 2015 e que sejam registados no concelho de Gouveia,
44 um cheque no valor de 250,00 euros.

45 **3.2) INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ARMANDO ALMEIDA**

46 - - - - Em nome dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista desejou a todo o
47 Executivo um Bom Ano de 2015.

48 - - - - **3.2.1) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE**
49 **FREGUESIA:-** Na sequência das dúvidas apontadas por alguns Presidentes de
50 Junta na última Assembleia Municipal acerca da gestão da água, pretendia saber
51 se há alguma contravenção legal no sentido da Câmara Municipal estabelecer
52 uma delegação de competências nas Juntas que detêm a exploração da água nas
53 respetivas freguesias. Depois de contactar o ERSAR viu que não há qualquer
54 impedimento legal, pensando até que no anterior mandato foi pedido um parecer
55 sobre o assunto, pelo que pretendia saber se, realmente, é possível fazer essa
56 delegação de competências nessas mesmas Juntas de Freguesia.

57 Falou com alguns Presidentes de Junta - continuou - e deve ficar absolutamente
58 claro de que todas as Freguesias irão pagar o mesmo tarifário da água, pensando
59 que isso ainda não está devidamente esclarecido, pois, as pessoas de Vila Nova
60 de Tazem continuam com dúvidas sobre se vão pagar as mesmas tarifas ou não.

61 A propósito deste assunto da gestão da água, usou da palavra o Senhor
62 Presidente referindo que existem aqui várias questões. Se, eventualmente, fosse



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

63 possível a Câmara Municipal delegar nas Juntas de Freguesia essa competência,
64 nunca poderia ser feita com respeito às receitas as quais deverão ser entregues
65 ao Município. Ora, não é isso que as Juntas de Freguesia querem. Ou seja, a
66 receita não é possível delegar e o ERSAR, tal como o Senhor Vereador referiu
67 que o terá contactado, certamente que não tiveram dúvidas em lhe ter respondido
68 que a questão da cobrança da água é a Câmara Municipal a única entidade
69 competente para o fazer. As Juntas de Freguesia, sempre traduziram a
70 importância que para elas tinha a receita da gestão da água e que faziam tudo
71 para manter a situação. Só que não é possível.

72 Por isso mesmo, aquilo que sempre dissemos às Juntas de Freguesia foi o que
73 ficou estabelecido no protocolo que foi celebrado em 2011 e que serviu apenas
74 para prevenir e antecipar os efeitos daquilo que legalmente nós estamos
75 obrigados a fazer, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Não é por vontade
76 da Câmara, tal como o Senhor Vereador sabe.

77 Nesta questão da água não tivemos nenhuma pressa, caso contrário teríamos
78 começado este processo em 2014. Fomos ao ERSAR com todos os Presidentes
79 de Junta para que ficassem esclarecidos e penso que assim aconteceu
80 relativamente à questão em causa.

81 Posto isto, aquilo que também acordaram com as Juntas de Freguesia foi de que
82 a partir de janeiro de 2015 a gestão passaria para a Câmara e que iria ser feito
83 todo o levantamento das infraestruturas que cada Junta de Freguesia tem. Nós
84 temos isso levantado, com exceção de uma ou outra infraestrutura recente que
85 possa ter sido construída pelas respetivas Juntas de Freguesia no seu território.
86 Esse levantamento está feito, mas não vai ser a Câmara Municipal a fazer essa
87 avaliação, porquanto a Câmara é uma parte desse processo e não seria
88 adequado ser a mesma a determinar esse valor. Esse irá ser determinado por
89 uma entidade externa e independente, que nos vai balizar entre o máximo e o
90 mínimo e, aí sim, a Câmara e cada umas das Juntas respetivas acertarão esse
91 valor.

92 Pensa que é isso que será o mais correto e foi isso que foi dito aos Senhores
93 Presidentes de Junta, em Lisboa, à saída da reunião, no ERSAR. Também já o



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

94 disse em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal e é aquilo que se está a
95 preparar. Também pode dizer aos Senhores Vereadores que a partir da próxima
96 semana vamos reunir com cada uma das respetivas Juntas de Freguesia para,
97 em articulação com cada uma delas, se despoletar o processo, pois desde logo, é
98 necessária a colaboração das Juntas de Freguesia para o levantamento dos
99 consumidores, sendo que terão que lhes facultar a sua base de dados para
100 depois se poder começar a fazer o processo de aplicação do tarifário.

101 Em relação ao tarifário – continuou – é único para o concelho e foi isso que
102 também foi dito a todos os Senhores Presidentes de Junta envolvidos nesta
103 questão, na reunião em Lisboa. Houve um Presidente de Junta que colocou a
104 questão de poder haver diferenças de tarifários e foi-lhe dito claramente que o
105 tarifário a aplicar é o tarifário que a Câmara aprovou em reunião do órgão e que é
106 único para todo o concelho. Por isso mesmo é que no protocolo assinado em
107 2011 aquilo que foi acordado pelas partes, e que espera que tenha sido cumprido,
108 foi de fazerem todos os anos a atualização dos respetivos tarifários, de modo a
109 que no final de 2014 os mesmos estivessem o mais aproximado possível do
110 tarifário aprovado pela Câmara Municipal de Gouveia e que é aplicado nas
111 restantes freguesias do concelho. Não há portanto qualquer dúvida quanto ao
112 valor do tarifário.

113 Como disse, a partir da próxima semana, vão realizar-se reuniões de articulação
114 com cada uma das Juntas de Freguesia para, relativamente a cada um dos
115 aspetos desta questão da água, serem articulados para que possam efetivar-se
116 no terreno.

117 Quanto à questão da avaliação das infraestruturas, como disse, vai ser realizada
118 por uma entidade exterior, pois não fazia sentido que fosse a Câmara Municipal
119 enquanto parte interessada nesta questão.

120 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que
121 não sabe se isto tem a ver com a sua formação em direito, pois há advogados
122 que pensam que o tempo resolve as coisas e aquela frase que o Senhor
123 Presidente conhece tão bem como ele, de que *“não vamos sofrer por
124 antecipação”* não resulta. Esta ideia de adiar não resulta. Trata-se de uma



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

125 negociação com as Juntas de freguesia e o Senhor Presidente sabe fazer isso.
126 Esta ideia de adiarmos desde 2011 e depois em 2015 é que vão passar para a
127 gestão da Câmara e agora temos novamente o problema na mão, vai-lhe
128 acontecer como aconteceu com a DLCCG. Vai-lhe acontecer como aquela verba
129 que estava na Caixa Geral de Depósitos do Senhor Fernando Viegas que a
130 Câmara esteve na iminência de a perder. Isto é o adiar do problema. Tem que se
131 resolver.

132 Respondeu o Senhor Presidente reiterando que ninguém está a adiar nada, pois
133 como anteriormente lhe disse, na próxima semana a Câmara vai realizar reuniões
134 com todas as Juntas de Freguesia para articular com elas o processo e as
135 diversas áreas que têm que ser tratadas.

136 - - - **3.2.2) ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:-** No âmbito
137 das Atividades Lúdico Expressivas, há uma disciplina que se chama Ciências
138 Experimentais que estava a ser lecionada pela Professora Elisabete Guerrinha e
139 que, de um momento para o outro, deixou de ser lecionada por ela para passar a
140 ser lecionada por uma Terapeuta da Fala, através da cooperação com a
141 Associação Reencontro.

142 Assim, pretendia saber se foi pedida autorização superior, pois tem que ser
143 aprovado pelo Conselho Pedagógico, dado que estas atividades fogem ao que
144 está estabelecido na legislação para as AEC's e, portanto, tem que ser pedida
145 autorização superior. Assim como, por exemplo, se vamos lecionar inglês no pré-
146 escolar ou no 1.º e 2.º ano do 1.º ciclo, é necessária autorização. No particular
147 não é preciso, mas no ensino oficial tem que ser igual para todos e tem que se
148 pedir essa autorização, pelo que pretendia saber se a mesma foi pedida.

149 Por outro lado, questionou se esta prestação de serviço pela Associação
150 Reencontro, no valor de 10.000,00 euros, aprovada no Orçamento de 2014, se já
151 está considerada no Orçamento para 2015.

152 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que na última segunda feira
153 foi surpreendido com essa situação. Tinham implementado em quatro das escolas
154 em que a Câmara Municipal assegura as AEC's, em colaboração com a
155 Associação Reencontro, um projeto de sensibilização para as Ciências



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

156 Experimentais, em substituição das Atividades Lúdico Expressivas. Este projeto
157 foi validado e aprovado. Entretanto foram surpreendidos com a comunicação de
158 que a professora que estava a desenvolver o projeto saiu, mudou de vida, ficando
159 neste momento esse vazio que é preciso urgentemente colmatar, ou através das
160 atividades lúdico expressivas, que é aquilo que está previsto no Despacho, ou
161 através de um outro projeto que possa vir a ser apresentado, que ainda não o foi,
162 até ao momento, ou através da substituição da docente, com formação e currículo
163 adequado.

164 Tanto quanto sabe, a utilização da Terapeuta da Fala é mais no sentido de
165 colmatar a falha do profissional nessa área, até porque no domínio do inglês está
166 acontecer a mesma coisa, dado que não há professor disponível, neste momento,
167 para lecionar o inglês no âmbito destas escolas e, portanto, deu um prazo de
168 modo a que se resolva o assunto rapidamente.

169 Agora, é preciso autorização superior se houver algum projeto que saia do âmbito
170 daquilo que está consignado no Despacho. No entanto, há sempre uma coisa que
171 é necessária, que é a validação do currículo de quem vai lecionar a área.

172 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida considerando
173 que as AEC's não funcionam bem e pergunta por que razão estes professores
174 não reúnem com todos os outros. Só se soube desta situação porquanto de um
175 momento para o outro se trocou de professor. E não reúnem com os outros, não
176 se sabe qual o trabalho que eles estão a desenvolver. Entendem que não devem
177 reunir com os outros profissionais das AEC's, dado que é um projeto à parte.

178 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que isso faz parte do acordo
179 celebrado com a Associação Reencontro, os professores desde que sejam
180 convocados para as reuniões têm que comparecer e têm que fazer as avaliações.

181 Usou da palavra a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que, estando a
182 lecionar uma área diferente que é o ensino experimental das ciências e como as
183 outras instituições lecionam as atividades lúdico expressivas, foi entendido que a
184 área era diferente, logo não tinha que reunir, porque aquilo que estava a trabalhar
185 um docente não tinha a ver com o que estavam os outros docentes a realizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

186 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que percebe isso, em termos de
187 planificação, agora em termos reuniões de articulação ou de avaliação tem que
188 reunir.

189 Interveio o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que nas chamadas
190 reuniões pedagógicas de acompanhamento do trabalho normal têm que estar
191 presentes. Em relação aos terapeutas da fala, a Segurança Social está a pagar a
192 vários e há empresas que estão a acompanhar alunos que necessitam disso e
193 não se justifica por ser terapeuta da fala, tem é que ser uma disciplina ligada a
194 esta área, mas está lá porque está a substituir a professora que saiu. Não pode
195 estar a fazer o mesmo que a outra, pois a disciplina chama-se ciências
196 experimentais.

197 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que está a substituir
198 interinamente. Para ficar definitivamente o seu currículo tem que ser validado. Até
199 pode ter currículo para as lúdico expressivas, mas isso implica alteração e a
200 consequente autorização.

201 Retorqui o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que é evidente que esta
202 técnica está a substituir a professora que estava a dar a disciplina e por
203 conseguinte está a fazer a mesma coisa e não pode ser. Ou então está a dar
204 outra área que não foi aprovada.

205 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que pode dar, se tiver currículo
206 para dar atividades lúdico expressivas, em vez de ciências experimentais, pois
207 esta disciplina dependia de um profissional com currículo específico para aquela
208 área, não é agora a Terapeuta da Fala que vai dar as ciências experimentais.

209 Retorqui o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que o programa foi
210 aprovado para o ano letivo e portanto não se pode interromper o projeto a meio.

211 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que não pode obrigar a docente a
212 cumprir essa função até ao final.

213 Retorqui o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que se a docente não é
214 competente e se não tem habilitações necessárias não devia ter sido colocada. A
215 disciplina aprovada foi aquela e portanto tem que ser levada até ao final, o
216 professor é que tem que ser mudado. Não considera que uma Terapeuta da Fala



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

217 possa substituir uma ligada às ciências. Se é de português tem que ser
218 substituída por uma de português, se é de física e química tem que ser
219 substituída por um professor de física e química. Se entrou uma Terapeuta da
220 Fala tem que se aprovar um projeto novo.

221 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que até lhe apresentarem um
222 novo projeto, que não tem ainda, do profissional, não se pode pronunciar. Ou tem
223 currículo para levar o projeto de ciências experimentais até ao final, ou então este
224 projeto, infelizmente, é interrompido, porque se não houver profissional que o
225 desenvolva tem que ser interrompido.

226 Usou da palavra a Senhora Vereadora Zulmira Pais perguntando se se aceita a
227 colocação de um docente sem que previamente seja analisado o seu currículo e
228 sem se ver se tem capacidades ou aptidões para lecionar a disciplina.

229 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que ninguém aceitou, a pessoa
230 em causa apenas está a substituir interinamente, para que as crianças não fiquem
231 sem aquela hora.

232 Interveio a Senhora Vereadora Helena Marques acrescentando que a Terapeuta
233 da Fala não está a substituir a professora, apenas está a ocupar o tempo para
234 que as crianças não fiquem sem ninguém.

235 Retorquiu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que não é assim que
236 funciona, pois ficavam com outras atividades com os professores que lá estão. É
237 como quando falta um professor numa disciplina é substituído por outro que
238 esteja disponível. Falta o professor de português, mas pode ser substituído por
239 um de matemática, falta o de educação física, coloca-se o de moral, por exemplo.

240 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que é assim se tivermos os
241 recursos necessários.

242 Retorquiu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que pode ser a sua
243 justificação, mas para o Senhor Vereador não é assim e não a aceita e tem que
244 resolver.

245 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que no funcionamento das AEC's
246 há quatro docentes para quatro escolas, neste momento para estar em São Paio



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

247 não pode estar em Vila Nova de Tazem, por exemplo, ou para estar em
248 Folgosinho não pode estar em Melo.

249 Respondeu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que é uma justificação
250 que também não a aceita, pois há outras maneiras de fazer essa gestão do tempo
251 e, inclusivamente, se for necessário, dirigem-se ao Agrupamento e pedem um
252 docente para aquela disciplina e têm que o lá colocar.

253 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que já pediu para a área do
254 inglês, por exemplo.

255 Interveio o Senhor Vereador Armando Almeida dizendo que este processo de
256 substituição está mal e portanto o Senhor Vice Presidente vai ter que o resolver.

257 Respondeu o Senhor Vice Presidente esclarecendo que não é a Câmara que vai
258 ter que resolver, a instituição que se comprometeu é que vai ter que resolver, a
259 Câmara tem que supervisionar em conjunto com o Agrupamento. Quem tem que
260 resolver é a instituição, para isso é que assinou o contrato.

261 Respondeu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que quem tem que
262 resolver é a Câmara e o Agrupamento.

263 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que foi surpreendido na segunda
264 feira com esta situação, hoje é quinta feira e espera que a situação seja resolvida
265 rapidamente, sabendo que em relação ao inglês, já pediu ao Agrupamento se
266 tinha disponibilidade para colmatar esta falha, porque não há docentes de inglês,
267 neste momento, disponíveis. No caso das ciências experimentais, se não tem
268 outro professor de ciências para avançar, se o Agrupamento não consegue
269 preencher este horário, e, se a instituição também não conseguir, vai acabar por o
270 preencher, acabou por preencher com o recurso a um outro técnico que lá tem ou
271 então deixava as crianças sozinhas.

272 Respondeu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que a solução passa
273 pelo Agrupamento, que certamente deve ter um professor com as mesmas
274 habilitações da professora que agora deixou de lecionar e que vai à escola até o
275 Senhor Vice Presidente arranjar uma substituição. Os professores estão lá para
276 isso e têm tempo no horário para efetuar essas substituições. A Associação
277 Reencontro em vez de pagar ao professor paga ao Agrupamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

278 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que não sabe se tem, porque se
279 tivessem já o teriam disponibilizado certamente.

280 - - - - **3.2.3) SMARTVISION:-** Pretendia saber, em termos concretos, o que é que
281 faz a Smartvision, porquanto existe mais uma ordem de pagamento no valor de
282 5.840,16 euros, para “*assessoria jurídica para a dissolução da DLCG e criação da*
283 *GouveiaAtiva*”. Portanto, vamos continuar a transferir, como se verifica na
284 Revisão do Orçamento, mais verbas para a DLCG. Assim, em termos concretos,
285 que tipo de serviço é que esta empresa está a prestar, neste momento, ao
286 Município para encerrar uma empresa que já foi encerrada e para criar uma
287 empresa que não vai ser criada.

288 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a DLCG vai ser encerrada,
289 legalmente e oficialmente, com a sua submissão à Assembleia Municipal no dia
290 15 de janeiro.

291 Usou ainda da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que houve uma
292 aquisição de serviços naquele valor para lhes prestarem um conjunto de
293 determinados serviços no apoio quer à criação de uma nova empresa, quer à
294 liquidação e dissolução da DLCG. Têm prestado assessoria nesse âmbito em
295 tudo o que diz respeito à DLCG, inclusivamente, está neste momento a
296 desenvolver um estudo que nos falta para remeter ao Tribunal de Contas
297 relativamente à nova empresa e portanto estamos a liquidar aquilo que foi o
298 acordado no procedimento aprovado em reunião de Câmara.

299 No âmbito da DLCG, pelo menos, até ao dia 15 de janeiro, que é a data da
300 Assembleia, no dia seguinte, se este Órgão aprovar, estamos em condições de
301 liquidar definitivamente a empresa.

302 - - - - **3.2.4) FUNCIONÁRIO DA AUTARQUIA JÚLIO FREITAS:-** Pensa que o
303 Senhor Presidente recebeu uma carta com nove páginas do funcionário da
304 Autarquia Júlio Freitas, tal como todos os Vereadores a terão recebido. Pensa
305 que o seu superior ou supervisor hierárquico é a Senhora Vereadora Teresa
306 Borges.

307 Este funcionário faz uma alegação que, para si é desagradável, e gostava que
308 isto tivesse uma explicação perante todos os que fazem parte da Câmara, pois é



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

309 importante ficar a saber o que é que isto quer dizer. Vê uma revolta por parte
310 deste funcionário, de uma pessoa que quer fazer, quer trabalhar e não o deixam.
311 Colocando de parte tudo o que aconteceu, as histórias todas, a carta que
312 escreveu ao anterior Presidente da Câmara e a resposta que teve de que “*esta*
313 *situação poderá durar três dias, três meses ou três anos de espera (...)*”. O que
314 constata é que o funcionário tem andado de sítio para sítio e não é aproveitado
315 naquilo que ele sabe fazer, e que sabe fazer bem, e ele refere na carta o que fez.
316 É assim que se motivam as pessoas? – Perguntou.

317 Quando há dias referiu que “*devemos motivar os funcionários e que acerca de*
318 *relações interpessoais há muito a aprender*” não se referia a esta pessoa, porque
319 há outros casos e acha que ficavam todos muito bem se fosse dada uma
320 oportunidade a estes funcionários de fazerem o que sabem fazer, de modo a não
321 terem que receber cartas deste género que, para si e fazendo um resumo, trata-
322 se de uma pessoa que não sabe o que anda aqui a fazer, não sabe que tarefas e
323 que trabalho é que há-de desempenhar.

324 Dirigindo-se à Senhora Vereadora Teresa Borges questionou acerca da avaliação
325 de desempenho deste funcionário e solicitou que lhe apresentasse os objetivos
326 dos últimos quatro anos que, certamente, tiveram que ser aprovados, pois teve
327 que apresentar objetivos para aquilo que iria fazer durante o ano e tiveram que
328 ser aprovados com o seu superior hierárquico que lhe faz a avaliação. Pretendia
329 também saber que avaliação é que o funcionário teve, pois ele diz que não fez
330 nada e parece contudo que até se prontificou, apresentou ideias que foram
331 sempre rejeitadas.

332 O funcionário refere ainda que depois de ter contacto com a Senhora Vereadora,
333 em 2013, que até lhe disse que sim, que foi muito prestável e que o atendeu
334 muito bem, aceitou o trabalho e as ideias dele, contudo, infelizmente, não foi bem
335 assim e passou a citar: “*...passado um ano sobre o meu regresso a Senhora*
336 *Vereadora informou-me que, apesar de todos os seus esforços, encontrou nos*
337 *seus colegas de executivo uma total e sistemática indisponibilidade para falarem*
338 *da minha situação...*”. Deste modo, questionou a Senhora Vereadora se esta
339 afirmação correspondia à verdade, ou seja, se tentou falar com o Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

340 Presidente e com a restante Vereação e a resposta que foi dada é que não
341 estavam disponíveis para resolver o problema de uma pessoa que quer trabalhar,
342 que quer fazer alguma coisa, que sai todos os dias de casa disposto a isso,
343 mesmo com todos os problemas que lhe têm surgido para fazer algo de palpável,
344 de trabalho com o qual se sinta realizado e que não faz nada! Estamos a pagar a
345 um técnico superior, com um mestrado em informática e que anda aqui há quatro
346 anos e não faz nada? – Questionou o Senhor Vereador.

347 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, em relação à carta que lhe foi
348 dirigida pelo funcionário Júlio Freitas, ficou estupefacto com a mesma, por vários
349 motivos. Em primeiro lugar, nunca o funcionário Júlio Freitas lhe pediu para falar
350 consigo e fala com toda a gente que lhe pedir para tal. Cumprimentam-se todos
351 os dias, todos os dias passa por ele, pois o referido funcionário está todos os dias
352 no bar da Câmara das 9.30 às 10.00 horas em convívio com outros colegas,
353 animadamente. Ficou admirado e até desconhecia o termo, nunca foi acusado de
354 andar a prejudicar ou a perseguir ninguém, acha que as pessoas que o conhecem
355 sabem disso muito bem e já falou disto a uma ou duas que até se riram.

356 Interveio o Senhor Vereador Armando Almeida perguntando se o Senhor
357 Presidente tem esse sentimento em relação a essa palavra “perseguição”, se o
358 ofende a si, se está a deduzir que é esse o sentimento deste funcionário, que é a
359 perseguição?

360 Respondeu o Senhor Presidente referindo que não sabe se é, pois em relação à
361 palavra que ele utiliza não sabe se quer significar isso.

362 Interveio o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que essa palavra lhe
363 causa alguma mágoa, algum constrangimento ao sentir que alguém diz que o
364 Senhor Presidente persegue.

365 “Eu não persigo ninguém, por isso é que estou a dizer que quando falei desta
366 situação a várias pessoas, estranharam!” – Respondeu o Senhor Presidente.

367 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que o
368 Senhor Presidente certamente se recordará de que houve uma ilustre Deputada
369 da bancada do PSD que um dia numa sessão da Assembleia Municipal começou
370 por ler um documento dizendo que o “*Diretor do Agrupamento de Escolas que*



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

371 *perseguiu as pessoas, que as maltratava e que temos que saber onde andam os*
372 *nossos filhos.” E isto nunca lhe saiu da cabeça. E não se pôde defender, pois não*
373 *o deixaram.*

374 Usou novamente da palavra o Senhor Presidente referindo que leu a carta e que
375 de facto a palavra não vem lá escrita, vem outra palavra que não sabe de todo
376 qual o seu significado, mas quer ver quais os diversos sentidos que a mesma
377 poderá ter, provavelmente, este é um deles. Porém, pelo sentido da carta, o que
378 lhe pareceu foi que a pessoa se sentia eventualmente na veste de alguém dessa
379 palavra. Agora quer afirmar que não persegue ninguém, lida diariamente com as
380 pessoas na Câmara, fala com a pessoa em causa, tem um relacionamento normal
381 com o funcionário. As pessoas podem escrever as cartas que quiserem, mas a si,
382 ele nunca se dirigiu, nunca lhe pediu para falar consigo, nunca o abordou e não é
383 um formalista para que as pessoas tenham que lhe fazer pedidos por escrito para
384 falarem consigo, fala com toda a gente e portanto quando leu esta carta
385 estranhou.

386 E, deste modo, quer dizer que tanto da parte do Presidente da Câmara, como dos
387 Senhores Vereadores em relação ao funcionário Júlio Freitas não há qualquer
388 atitude de “*moobing*”. Aliás, pode dizer que esse funcionário, que esteve na
389 Biblioteca e no Museu, já está no edifício da Câmara e, ao contrário do que diz,
390 quer a Senhora Vereadora Teresa Borges, a quem diretamente reportará, quer o
391 Senhor Vice Presidente, solicitaram-lhe trabalhos que até hoje estão à espera,
392 não sabendo se foi por falta de tempo.

393 Como sabem – prosseguiu – a Câmara tem em desenvolvimento a candidatura ao
394 SAMA que entretanto atrasou e que vai implicar alterações em termos de espaços
395 e em termos de funcionamento do próprio sistema informático da Câmara. E a
396 propósito disto, o funcionário faz referência na carta ao facto de a Autarquia ter
397 recorrido a uma entidade externa. Pode informar que se recorreu a essa entidade
398 em termos de aconselhamento e consultoria em relação àquilo que seria o
399 indicado para o edifício da Câmara em termos informáticos e não só. E com todo
400 o respeito pela capacidade do funcionário, que não põe em causa, antes pelo
401 contrário, mas a Câmara Municipal aconselhou-se, com trabalho no local, com



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

402 técnicos de um dos melhores Institutos deste País pertencente à Universidade de
403 Coimbra, um Instituto de referência mundial e certificado. E tudo o que foi
404 realizado em termos de procedimento foi feito com o aconselhamento deles.
405 Portanto, a Câmara aconselhou-se junto de quem entendeu e com referências
406 vastas a nível da qualidade, sendo várias as Câmaras associadas a esse Instituto,
407 pretensão que a Câmara de Gouveia queria fazer e ainda não fez, mas acha que
408 está na altura de o fazer, por várias e diversas razões, nomeadamente, em
409 termos de técnicos ligados à engenharia, etc.

410 No âmbito dessa candidatura ao SAMA - prosseguiu - que infelizmente teve os
411 atrasos que teve, também por causa da própria Comunidade Intermunicipal, só
412 agora é que estamos a pôr em prática os procedimentos concursais para a
413 concretizar. Há estas alterações significativas em termos de espaços e em termos
414 tecnológicos e aquilo que tinham pensado com a realização da candidatura era
415 precisamente voltar a trazer o funcionário para trabalhar na área da informática.
416 Foi isso que pensámos e por isso o trouxemos para a Câmara. Foi para isso que
417 foi solicitado ao funcionário colaborações na sua área quer pela Senhora
418 Vereadora, quer pelo Senhor Vice Presidente e a intenção da Câmara é
419 aproveitar o funcionário na área em que ele é profissional que é a informática,
420 para no âmbito desta nova reorganização, que tem que ser agora feita muito
421 rapidamente porque a candidatura tem os seus prazos e já foram esticados até ao
422 limite pela Agência de Modernização Administrativa para, precisamente, o colocar
423 a trabalhar mais concretamente na sua área.

424 Enquanto isso não acontece, como sabem a Câmara tem mais uma técnica de
425 informática que tinha uma pessoa a colaborar com ela mas que, no final deste
426 ano, decidiu sair, pelo que, o que muito provavelmente vai acontecer é que a
427 colaboração do funcionário Júlio Freitas será necessária no local onde costumava
428 trabalhar, a não ser que as obras comecem e todo aquele espaço e aquele
429 equipamento que vai ser substituído por um espaço completamente diferente
430 noutra localização assim o exijam.

431 Isto tudo para lhe dizer que, da parte do Presidente da Câmara e dos Vereadores
432 do Executivo, que estão diariamente em funções, não há, nem nunca foram



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

433 abordados por parte do funcionário Júlio Freitas, quaisquer queixas, pelo menos a
434 ele. Consigo o funcionário nunca teve qualquer intenção de lhe falar relativamente
435 a esta situação.

436 Usou da palavra a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que, quando o
437 Senhor Presidente refere que nunca se dirigiu a si, se o funcionário se dirigiu à
438 sua superior hierárquica, neste caso, a Senhora Vereadora Teresa Borges, à
439 partida, a informação deve ter chegado e tinha conhecimento da situação.

440 Respondeu o Senhor Presidente referindo que como é óbvio tinha conhecimento
441 da situação e aliás a decisão de o trazer do Museu para o edifício da Câmara foi
442 colegial.

443 Interveio novamente a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que então tinha
444 conhecimento da situação e sabia que o funcionário não estava satisfeito com o
445 tipo de atividades que estava a desempenhar.

446 Respondeu o Senhor Presidente referindo que aquilo que disse é que
447 relativamente ao funcionário Júlio Freitas nunca ele se dirigiu a si, nem direta,
448 nem indiretamente.

449 Retorquiou a Senhora Vereadora Zulmira Pais dizendo que, indiretamente sim, pois
450 se ele se dirigiu à Senhora Vereadora responsável, à partida indiretamente iria ter
451 conhecimento.

452 Respondeu o Senhor Presidente esclarecendo que nunca se dirigiu a si
453 diretamente, como qualquer outro funcionário faz, quando tem necessidade para
454 tal.

455 Interveio novamente a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que o Senhor
456 Presidente confirma que tinha conhecimento de que o funcionário não estava
457 satisfeito com as funções que estava a desempenhar. Depois também referiu que
458 houve trabalhos que foram solicitados pela Senhora Vereadora e pelo Senhor
459 Vice Presidente e que até ao momento não foram entregues. Assim, pretendia
460 saber que tipo de trabalhos e qual a justificação que o funcionário dá para que
461 esses trabalhos não tenham ainda sido entregues. Também queria saber se
462 esses trabalhos são da área do funcionário e se lhe foi dado prazo para a entrega



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

463 dos mesmos e se até ao momento ainda não os apresentou qual a justificação e
464 se alguém já o questionou acerca disso.

465 Usou da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que, em relação
466 à interpretação que o Senhor Presidente faz desta carta, se a leu como o Senhor
467 Vereador também a leu, não vê em lado algum essa acusação de que o Senhor
468 Presidente persegue este funcionário, até porque a referência ao atual Presidente
469 da Câmara é muito vaga. Já no que diz respeito ao anterior Presidente da
470 Câmara que lhe disse “... o Senhor vá andado por aí a ver o que é necessário nos
471 serviços informáticos do município...” e ainda que “... esta situação pode durar
472 três anos, três meses ou três dias ...” e fechou-lhe a porta e mandou-o embora.
473 Considera que esta atitude é um total desprezo, para não dizer que é um
474 despotismo.

475 Interveio o Senhor Presidente referindo que relativamente a isso, considera que
476 se se tem uma conversa ou uma reunião com uma determinada pessoa, essa
477 conversa não é pública, por isso acha que é de mau tom torná-la pública, foi uma
478 conversa entre duas pessoas, pelo menos, devia perguntar a essa pessoa se
479 podia tornar público.

480 Respondeu o Senhor Vereador referindo que se tratava de uma questão de
481 serviço.

482 Retorquiu o Senhor Presidente dizendo que não é essa a questão. Foi uma
483 conversa tida entre duas pessoas e não acha correta a sua divulgação. O Senhor
484 Vereador quando era Diretor do Agrupamento de Escolas, quando tinha uma
485 reunião com um colega sobre serviço, achava correto que a pessoa viesse cá
486 para fora traduzir a conversa tida? – Questionou.

487 Interveio a Senhora Vereadora Zulmira Pais dizendo que não foi traduzi-la para
488 um lugar público qualquer, tornou-a pública para as pessoas que poderão, de
489 alguma forma, ajudá-lo a resolver uma situação na qual o funcionário se sente
490 injustiçado.

491 Retorquiu o Senhor Presidente dizendo que a tornou pública. Pretende discutir o
492 alcance do público para o privado? – Perguntou.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

493 Penso que sim, pois nesta situação está em causa o sigilo da Câmara Municipal.

494 – Respondeu a Senhora Vereadora Zulmira Pais.

495 Interveio o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que este funcionário
496 guardou isto até este momento e entendeu que em defesa dele o devia utilizar e
497 dizer o que realmente se passou. É a verdade e ninguém deve ter medo da
498 verdade. Não condena de modo algum a atitude do funcionário.

499 Respondeu o Senhor Presidente referindo que seria correto que o funcionário
500 Júlio Freitas, até por uma questão, eventualmente, de lealdade ou respeito de
501 quem está, porque ele está a dizer isso porque também é citado, mas, consigo, o
502 funcionário nunca falou.

503 Retorquiu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que esta atitude do
504 Senhor Presidente falar ou não falar com ele, acha que, na sua posição, faria
505 exatamente o contrário, pois no dia seguinte a receber a carta ele estaria no seu
506 gabinete e a responder perante si e se se sente acusado tinha que lhe dizer o que
507 se estava a passar e aí o Senhor Presidente resolveria o assunto de certeza.
508 Como está convencido de que o Senhor Presidente vai resolver o problema, que
509 é fácil de resolver, assim, arruma-se a questão de um funcionário que vai ter
510 ganhos em termos de trabalho da parte dele, pois vai-se sentir melhor e daqui
511 amanhã certamente que até vai acompanhá-lo fora da vida da Câmara, porque
512 ele é boa pessoa.

513 O Senhor Presidente sente-se aqui “atacado”, acusado de que persegue o
514 funcionário, mas não vê isso na carta, pelo contrário, o que ele alega e diz é que
515 houve boa vontade da parte da Senhora Vereadora Teresa Borges e que um dia
516 lhe comunicou que tentou resolver o assunto, trazê-lo para o edifício da Câmara,
517 pô-lo a trabalhar no gabinete de informática e que houve rejeição por parte dos
518 outros membros da Vereação, mas não diz quem.

519 Agora todos aqui, em conjunto, entendemos é que se há tão poucos técnicos de
520 informática, se este é um bom técnico, com formação acrescida, temos que o
521 rentabilizar, temos que o utilizar e não tem que ser o melhor gabinete de
522 informática, não interessa, pois já sabemos que a Câmara Municipal, em termos
523 informáticos, está a anos de distância de outras organizações e de outras



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

524 Câmaras Municipais e aquilo que existe em termos informáticos parece que até
525 foi executado por este funcionário, por isso têm que o rentabilizar. Se ele sabe a
526 nível de redes, vamos colocá-lo a trabalhar, se ele sabe a nível de programas
527 informáticos, vamos utilizá-lo e ele até diz que podiam rentabilizá-lo em termos de
528 energia elétrica no Museu, por que não utilizá-lo também aí?- Questionou.

529 E aproveita o pedido da Senhora Vereadora Zulmira Pais para saber se a ordem
530 foi dada a este funcionário por escrito ou verbalmente e se lhe foi exigido prazo
531 para o trabalho que tinha que fazer. É que na carta dele não vê isso e ele não
532 sabe o que está a fazer, parece que se ofereceu para agilizar um determinado
533 trabalho e até foram os colegas que lhe pediram ou ele ofereceu-se para isso. Foi
534 assim? Não foi? Caso contrário ele está a mentir.

535 Interveio o Senhor Presidente dizendo que o Senhor Vereador está a falar de
536 colegas que lhe terão pedido ajuda, mas acha que a Senhora Vereadora, o
537 Senhor Vice Presidente ou ele andam a saber se o colega A, B ou C pediu ajuda?
538 É a coisa mais natural! – Referiu.

539 Retorquiu o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que o problema está
540 que os colegas viram que ele não estava a fazer nada e tentaram arranjar-lhe
541 trabalho. O Senhor Presidente sabe disto há quatro anos e não fez nada! Isso é
542 que é grave! E será que há mais funcionários nessa situação? Que se sentem mal
543 colocados no que estão a fazer? Será que há mais? Se calhar há! E está à espera
544 da carta de um outro? – Perguntou.

545 “*Cartas a Garcia*”. Se é o sistema! – Respondeu o Senhor Presidente.

546 Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges esclarecendo que
547 efetivamente foi abordada pelo funcionário, e, desde o primeiro momento, o
548 Executivo tem feito esforços no sentido da resolução do problema. Todos
549 reconhecem que o funcionário está desaproveitado e não pode ser, agora é só
550 uma questão de limar algumas arestas e a curto prazo teremos a situação
551 resolvida.

552 Usou da palavra o Senhor Vereador Armando referindo que é assim que se
553 resolvem os assuntos, a dialogar e a conversar. Em relação aos objetivos, que
554 para si são importantes, pensa que o funcionário foi avaliado, pelo menos, de há



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

555 dois anos, porque lhe foi apresentado o mapa, de certeza que tem os objetivos
556 que foram negociados, aprovados, tem que ter as competências definidas e a
557 avaliação que teve, caso contrário, mais vale acabarem com este sistema, porque
558 a avaliação é importante para os funcionários, eles querem ser avaliados, pois
559 quando for para progredir na carreira eles têm que ter a avaliação de
560 desempenho. Agora houve um concurso, os funcionários da Câmara que
561 concorreram, a avaliação contou? Não contou? Estão a cometer uma grande
562 injustiça com os trabalhadores e têm que olhar mais para eles, se não estão a
563 avaliar. Portanto, solicitou uma vez mais para que lhe sejam entregues os
564 objetivos deste funcionário e a avaliação que teve.

565 Respondeu a Senhora Vereadora Teresa Borges referindo que na próxima
566 reunião de Câmara lhe fornecerá esses elementos.

567 Usou da palavra a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que, apesar das
568 explicações do Senhor Presidente, ficou sem saber quais foram os trabalhos
569 solicitados ao funcionário. Como a Senhora Vereadora Teresa Borges confirmou
570 que iriam resolver a sua situação fica a aguardar.

571 Respondeu a Senhora Vereadora Teresa Borges referindo que da sua parte o
572 trabalho solicitado prendia-se com o desenvolvimento de um programa de gestão
573 de férias.

574 Acrescentou o Senhor Vice Presidente referindo que da sua parte era a criação
575 de um programa de gestão de combustíveis e de transportes. Por acaso, no início
576 deste mandato, solicitou que lhe desenvolvesse duas aplicações que eram
577 necessárias para a gestão de combustíveis e de transportes, de modo a verificar
578 como estavam as viaturas, os seus gastos, quais as viaturas que gastavam mais.
579 Na verdade, até hoje, ao contrário do Senhor Arquiteto a quem também pediu um
580 trabalho e foi-lhe entregue e que parou nas suas mãos, por causa do
581 desenvolvimento do SAMA, em relação ao trabalho solicitado ao Senhor Júlio
582 Freitas até hoje não lho pediu, ficando à espera que lho entregasse. Como ele
583 nunca mais tocou no assunto, também nunca mais lhe disse nada.

584 Questionou a Senhora Vereadora Zulmira Pais se não lhe foi dado nenhum tipo
585 de prazo para a apresentação do trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

586 Respondeu o Senhor Vice Presidente referindo que isso foi no início do mandato
587 e já passou um ano. Ele pediu para falar consigo, por causa da sua situação, foi
588 quando transitou do Museu para o edifício da Câmara.

589 Retorquiu a Senhora Vereadora Zulmira Pais referindo que qualquer um dos três
590 elementos do Executivo em funções conheciam a situação do funcionário, quando
591 diz que nunca tinha conversado com ele e que não sabia o que se passava, não
592 corresponde à verdade.

593 Interveio o Senhor Presidente esclarecendo que conhecer a situação é uma coisa,
594 dizer que ele pediu para falar consigo é outra e cada coisa no seu lugar. A
595 Senhora Vereadora não pode misturar as coisas. O que disse foi que enquanto
596 pessoa que recebeu uma carta de outra pessoa, essa outra pessoa consigo
597 nunca pediu para falar.

598 Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria de Lurdes Silva referindo que se se
599 trata de uma situação grave de mais para ser assim tratada e espera que seja
600 resolvida brevemente, da melhor maneira, e é grave se voltarem a acontecer
601 situações destas. E se o Senhor Presidente espera que lhe cheguem mais cartas,
602 deve talvez fazer qualquer coisa, saber se as pessoas estão bem a desempenhar
603 as funções para as quais foram contratadas. Um funcionário que durante quatro
604 anos não desempenha qualquer função e auferir um vencimento e chega a este
605 ponto, considera gravíssimo. Tendo ou não toda a razão, ou alguma, ou em parte,
606 deve ser resolvida a situação o quanto antes e da melhor maneira. Aquela palavra
607 que ele refere de “*moobing*” acha que é grave demais e realmente é punível por
608 Lei, pelo que deve ser usado todo o tacto e cuidado para resolver o problema.

609 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que em relação a este
610 assunto tem sempre um antes, um agora e um depois. Estamos a falar agora sem
611 termos referências do que é que se passou antes.

612 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Maria de Lurdes Silva referindo
613 que por isso mesmo é que todo o cuidado é pouco e deve ser resolvido o quanto
614 antes.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

615 Para finalizar, questionou em relação ao ponto de situação dos funcionários
616 internalizados há um ano da DLCG, se os mesmos ainda estão ao serviço, bem
617 como qual o ponto de situação dos concursos que estão a decorrer.

618 Respondeu o Senhor Presidente referindo que os funcionários estão ao serviço
619 até que o posto de trabalho se extinga ou seja ocupado, sendo que os
620 procedimentos concursais estão a decorrer.

621 Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges informando que os
622 concursos estão a decorrer normalmente, já foram prestadas provas, vão ser
623 publicados os resultados para se passar à 2.^a fase que é a entrevista.

624 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que,
625 em relação a esses concursos, deve dizer à Senhora Vereadora Teresa Borges
626 que a mesma sabe como é que funcionam os Tribunais e espera que um dia não
627 tenha que lá ir como testemunha deste processo.

628 “Estou tranquila quanto a estes concursos.” – Respondeu a Senhora Vereadora
629 Teresa Borges.

630 “Está tranquila? Mas estava mais tranquila se tivesse tido pedido autorização
631 superior para os abrir e entende que não, entende que a Câmara tem
632 competências para os abrir. Quero que assuma essa responsabilidade. Se um dia
633 for chamada a um Tribunal para se defender, não vai contar com o meu
634 testemunho porque eu vou dizer que a avisei! E isso é muito mau em política: Eu
635 avisei!” – Referiu o Senhor Vereador Armando Almeida.

636 **4. EXPEDIENTE**

637 - - - - Não se analisou expediente na presente reunião.

638 **5. DELIBERAÇÕES**

639 - - - - **5.1) APROVAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO ANO DE 2014:-**

640 Devidamente autorizada usou da palavra a Senhora Chefe de Divisão de
641 Finanças, Património e Aprovisionamento, Dra. Alice Ferrão, referindo que para
642 se poder dar entrada ao saldo de gerência e integrá-lo no orçamento através de
643 uma revisão, é necessária a aprovação dos Fluxos de Caixa de 2014,
644 independentemente de depois, na altura da aprovação das Contas do ano de
645 2014, voltarem a ser submetidas. O saldo de gerência da Câmara no ano de 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

646 foi de 593.338,83 euros, tivemos um saldo inicial em 01/01/2014 de 478.536,57
647 euros e terminámos o ano com aquele valor. Neste documento pode verificar-se,
648 de uma maneira bastante clara, como é que foi feita a gestão financeira do ano de
649 2014, tanto do lado das receitas, como das despesas.

650 Posto isto, deliberou a Câmara, por maioria, com três abstenções dos Senhores
651 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com quatro votos a favor por parte do
652 Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pela coligação
653 PPD/PSD-CDS/PP e, em minuta de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo
654 com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à
655 aprovação dos **Fluxos de Caixa do ano de 2014**, nos termos do documento que
656 se encontra anexo à presente Ata e dela fica a fazer parte integrante.

657 - - - **5.2) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO**
658 **ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA**
659 **MUNICIPAL DE GOUVEIA DO ANO DE 2015:-** Usou da palavra o Senhor
660 Presidente referindo que, para além da integração do saldo de gerência do ano de
661 2014, também se procedeu à inclusão de um conjunto de obras para se poderem
662 efetuar os respetivos procedimentos concursais, nomeadamente, as obras de
663 “Beneficiação da EM502 (Moimenta da Serra-EN17)”, a “Beneficiação da EM que
664 liga a EN 17-Rio Torto-Vila Nova de Tazem”, a “Beneficiação do Caminho
665 Municipal Gouveia-Curral do Negro” e a “Beneficiação da EM que liga Paços da
666 Serra-EN17”, bem como a transferência de um conjunto de “verbas não definidas”
667 para “verbas definidas”.

668 A inclusão destas novas obras tem a ver com a possibilidade de haver, da parte
669 do anterior Quadro Comunitário que está em finalização, ainda candidaturas para
670 estradas pois, como sabem, o novo Quadro Comunitário, apenas no meio do ano
671 é que deverá ser posto em prática, pelo menos para as Câmaras. Vamos tentar
672 aproveitar estas verbas, sendo que estas obras têm que estar fisicamente
673 realizadas até ao final de junho de 2015 e financeiramente até ao final de
674 setembro de 2015.

675 Usou da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida dizendo que em relação ao
676 projeto 030202209 – outros trabalhos especializados, com a justificação “Dívidas



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

677 da DLCCG - Volta a Portugal e Andebol” com um reforço de 37.500,00 euros e o
678 projeto 0306020306 – Outras, com a justificação “Dívidas da DLCCG ao Fisco” com
679 um reforço de 17.408,83 euros, perguntou se é a última vez que isto acontece.

680 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente começando por dar uma explicação
681 em relação ao facto de se ter enviado uma primeira versão da Revisão
682 Orçamental, com o montante do saldo de gerência de 602.000,00 euros. No final
683 do dia, depois de ter sido enviada a proposta, o tesoureiro deu conhecimento de
684 que até ao final do dia ainda tinha efetuado um pagamento e não tinha
685 conhecimento de que se estava a fazer esta Revisão e logo aí o saldo passou de
686 602.000,00 euros, que era o que estava na primeira proposta, para 593.000,00
687 euros, logo tinha que se abater aqui, no restante, a diferença desta receita. Onde
688 está as “dívidas ao fisco” trata-se de uma projeção, como já informou
689 anteriormente, há cerca de um mês atrás houve uma inspeção às contas de 2010/
690 2011 da DLCCG, há valores apurados, há um Relatório provisório, há reclamações
691 a fazer e, de certeza, que vai haver alguma coisa para pagar em termos fiscais,
692 como o IRC da realização do Festival Gouveia Art Rock. Daí colocarmos esses
693 valores de 9.000,00 euros ou 10.000,00 euros de diferença. É uma projeção.

694 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida perguntando
695 em relação à Requalificação da Fábrica das Bobines, com 10.000,00 euros, a que
696 dizem respeito.

697 Devidamente autorizada usou da palavra a Senhora Chefe de Divisão de
698 Finanças, Património e Aprovisionamento, Dra. Alice Ferrão, referindo que, em
699 relação a esse valor, houve efetivamente um lapso seu, porque foi posto no
700 orçamento inicial 5.000,00 euros, quando na realidade o valor era de 15.000,00
701 euros e isso foi detetado no momento em que o documento foi submetido à
702 Assembleia Municipal em que alguém colocou essa questão.

703 Retomou a palavra o Senhor Vereador Armando Almeida referindo que se recorda
704 que numa reunião em novembro foi colocada a questão e foi dito que não havia
705 obras a mais, a única coisa que estava em causa era o tempo para concluir a
706 obra.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

707 Respondeu o Senhor Presidente referindo que se trata de uma revisão de preços
708 que é algo que por Lei o empreiteiro tem direito.

709 Devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Chefe de Divisão de
710 Infraestruturas e Ambiente, Eng.º António Mendes confirmando que o processo de
711 trabalhos a mais pode ter tratamento independente e posterior, uma vez que
712 estes não são exigíveis para efeitos de candidatura, sendo que o acerto final será
713 objeto de medição final e ajustamento definitivo a aferir proximamente.

714 Discutido o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com três abstenções por
715 parte dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com quatro votos
716 a favor por parte do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores
717 eleitos pela coligação PPD/PSD-CDS/PP e, em minuta de modo a produzir efeitos
718 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
719 setembro, proceder à aprovação da **“1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes**
720 **Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2015”**, nos
721 termos do documento que se encontra anexo à presente ata e dela fica a fazer
722 parte integrante.

723 Mais se deliberou submeter a presente Revisão à aprovação da Assembleia
724 Municipal, nos termos da alínea c) n.º 1 do art.º 33.º conjugado com a alínea a) do
725 n.º 1 do art.º 25.º do citado diploma legal.

726 - - - **5.3) RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA**
727 **CÂMARA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS COLETIVIDADES**
728 **PARTICIPANTES NO CANTAR DAS JANEIRAS DE 2015:-** Delibera a Câmara,
729 por unanimidade e, em minuta de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo
730 com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à
731 Ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do citado diploma legal, do
732 Despacho do Senhor Presidente de atribuição de um subsídio no valor de **75,00**
733 **Euros** (setenta e cinco euros) a cada coletividade presente na edição do Cantar
734 das Janeiras de 2014 e que a seguir se reproduz:

DESPACHO

CANTAR DAS JANEIRAS 2015

735
736



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

737 *“De acordo com o Despacho de Atribuição de subsídio às coletividades presentes*
738 *na edição do Cantar das Janeiras de 2015, o qual foi ratificado, por unanimidade,*
739 *na reunião de Câmara de 23 de dezembro de 2014, nos termos da alínea o) do*
740 *ponto 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizo que seja*
741 *atribuído um subsídio no valor de **75,00 euros** (setenta e cinco euros) a cada uma*
742 *das coletividades que se encontram descritas no documento em anexo.*

743 *Deverá ainda o presente despacho ser submetido à próxima reunião de Câmara*
744 *para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do citado diploma legal.*

745 Informação de Cabimento e Compromisso:

746 N.ºs de compromissos sequenciais: 15310, 15311, 15312, 15313, 15314, 15315,
747 15316, 15317, 15318, 15319, 15320, 15321, 15322, 15323, 15324, 15325, 15329,
748 15330.

749 - - - 5.4) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS 750 NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO DESFILE DE CARNAVAL 2015:-

751 Considerando que:

752 O Desfile de Carnaval em Gouveia tem vindo a afirmar-se como um momento
753 lúdico importante não só para Gouveia, mas também para o concelho;

754 O Desfile de Carnaval é uma produção organizada pelo Município de Gouveia,
755 com larga participação de Juntas de Freguesia e de Coletividades do Concelho;

756 O Desfile de Carnaval é um momento de interação de todos os participantes,
757 sejam os elementos dos grupos organizados ou do público;

758 O Desfile de Carnaval atrai a Gouveia alguns milhares de pessoas;

759 À semelhança dos anos anteriores, a Autarquia vai levar a efeito no próximo dia
760 15 de fevereiro de 2015 o Desfile de Carnaval.

761 Assim e ao abrigo da alínea o) do ponto 1 do art.º 33.º da Lei da Lei n.º 75/2013
762 de 12 de setembro, delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta de modo a
763 produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do citado diploma
764 legal, proceder à aprovação das Normas de Participação no Desfile de Carnaval
765 2015.

766 - - - 5.5) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE 767 ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

768 **DE ESPAÇOS DESTINADOS A RESTAURAÇÃO NA EXPOSERRA-2015 E**
769 **APROVAÇÃO DO RESPETIVO PROGRAMA:-** Deliberou a Câmara, por
770 unanimidade e em minuta de modo a produzir efeitos imediatos de acordo com o
771 n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a abertura de
772 **Procedimento por Hasta Pública para a atribuição de Espaços destinados a**
773 **Restauração na Exposerra – 2015**, bem como proceder à aprovação do
774 respetivo Programa da Hasta Pública, de acordo com o documento que se
775 encontra anexo à presente Ata e dela fica a fazer parte integrante.

776 - - - - **5.6) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMISSÃO DE**
777 **PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO**
778 **DE SERVIÇOS, APÓS INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO, DE ACORDO COM**
779 **AS REGRAS DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, PARA A:**
780 **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DOIS GRUPOS MUSICAIS PARA O**
781 **FESTIVAL “GOUVEIA ART ROCK – 2015””:-** Considerando que faz parte das
782 competências das Câmaras Municipais, realizar atividades de natureza social,
783 cultural, educativa, desportiva e recreativa;

784 Considerando que o Município de Gouveia é o organizador do Festival “GOUVEIA
785 ART ROCK – 2015”, necessitando para o efeito de proceder à contratação de
786 artistas e grupos musicais enquadrados na vertente musical do festival, com o
787 perfil qualitativo adequado, que garanta o nível artístico promovido ao longo das
788 edições anteriores;

789 Considerando que o Festival “GOUVEIA ART ROCK – 2015” tem-se afirmado no
790 panorama internacional, enquanto festival de referência do rock progressivo,
791 promovendo o concelho e a cidade de Gouveia, com inegável retorno económico
792 e afirmação cultural;

793 Considerando que Orçamento Geral de Estado de 2014 estabelece regras
794 limitativas, no âmbito da contratação pública, designadamente quanto a contratos
795 de aquisição de serviços que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2014, com
796 idêntico objeto e a mesma contraparte;

797 Considerando que a premissa anterior se encontra plasmada no artigo 73.º da Lei
798 n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, por força do articulado do artigo 33.º da Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

799 atrás citada, e que de acordo com o previsto n.º 11 do mesmo artigo, é exigível a
800 emissão de parecer prévio do órgão executivo, e posteriormente regulamentada
801 na Portaria n.º 53/2014, de 3 de março;

802 Considerando que se encontram salvaguardadas as condições:

- 803 a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27
804 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64/2008, de 31 de dezembro, 3-
805 B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de
806 dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de
807 31 de Dezembro, da inexistência de pessoal em situação de mobilidade
808 especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação
809 em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do
810 diploma que institui o sistema de requalificação de trabalhadores em
811 funções públicas;
- 812 b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo Setor de Contabilidade
813 que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer integrante;
- 814 c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º
815 83-C/2013, de 31 de Dezembro.

816 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta de modo a produzir efeitos
817 imediatos de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
818 setembro, proceder à aprovação da presente intenção e consequente emissão de
819 parecer favorável para a contratação por prestação de serviços, com o recurso ao
820 procedimento por Ajuste Direto, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do
821 Código dos Contratos Públicos, à **DON MCKAY OF RHINO AGENCY**,
822 representante da banda musical **CURVED AIR** e à **SEVENTH RECORDS**,
823 representante da banda musical **MAGMA**, para a realização de dois concertos no
824 Festival - "GOUVEIA ART ROCK – 2015".

825 **6. OBRAS**

826 - - - **6.1) EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE:-** De Agostinho Correia
827 Ambrósio, contribuinte n.º 173454933, residente na Rua do Cabo, na União de
828 Freguesias de Melo e Nabais, Concelho de Gouveia, vem na qualidade de
829 proprietário, requerer, nos termos do n.º 4 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99,



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

830 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º
831 26/2010, de 30 de março, a emissão de certidão de destaque de uma parcela de
832 terreno com a área de 2311,00 metros quadrados, sita no lugar de “Sítio do
833 Leirão”, na União de Freguesias de Melo e Nabais, concelho de Gouveia, a
834 destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 157 e descrito
835 na Conservatória do Registo Predial de Gouveia sob o n.º 156/19890906.-
836 **Deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável de acordo com a**
837 **informação dos Serviços Técnicos e, conseqüentemente, autorizar a**
838 **emissão da respetiva certidão de destaque, nos termos do n.º 5 do art.º 6.º**
839 **do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.**

840 Esta deliberação foi aprovada em minuta de modo a produzir efeitos imediatos, de
841 acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

842 - - - - **6.2) APROVAÇÃO DO SEGUINTE PROJETO DE OBRA:**

843 - - - - **6.2.1) Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a**
844 **informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir efeitos**
845 **imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de**
846 **setembro, proceder à aprovação do seguinte Projeto de Arquitetura, nos**
847 **termos do n.º 3 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro:-**
848 De Sousa Correia & Almeida, Lda., de Freguesia de Gouveia, para Bloco
849 Habitacional e Comercial – Alteração ao Projeto Inicial.

850 **7. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

851 - - - - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número **4**, referente ao dia
852 sete de janeiro, pelo qual se verifica a existência dos seguintes saldos: **Em**
853 **Operações Orçamentais** – Quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e seis
854 euros e vinte e três cêntimos (**€597.406,23**); **Em Documentos** – Oitenta mil e
855 trinta e seis euros e trinta e oito cêntimos (**€80.036,38**).

856 - - - - Nos termos da legislação em vigor, ratificou a Câmara a realização de
857 despesas a que se referem as requisições números **2396** a **2453**, bem como os
858 pagamentos no montante de um milhão, cento e oitenta e três euros mil,
859 quinhentos e nove euros e sessenta e cinco cêntimos (**€1.183.509,65**) a que se
860 referem as Ordens de Pagamento números, 1717, 4304, 4314, 4733, 4756, 4802,



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

861 4836, 4838, 4839, 5001, 5228, 5230, 5237, 5244, 5247, 5248, 5270 a 5302, 5304
862 a 5324, 5341 a 5356, 5367, 5368, 5372, 5373, 5375 a 5426, 5431 a 5511, 5513 a
863 5616, 5617/1 a 5617/6, 5618/1 a 5618/4, 5619/1 a 5619/8, 5620/1 a 5620/4,
864 5621/1 a 5621/5, 5622/1 a 5622/3, 5623/1 a 5623/8, 5624/1 a 5624/6, 5625/1 a
865 5625/7, 5626/1 a 5626/5, 5627/1 a 5627/5, 5628/1 a 5628/5, 5629/1 a 5629/3,
866 5630/1, 5630/2, 5631/1 a 5631/4, 5632 a 5929.

867 - - - E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi declarada
868 encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual
869 para constar se lavrou a presente ata, nos termos do n.º 1 do Art.º 57.º da Lei
870 75/2013, de 12 de setembro, a qual será submetida à aprovação do Órgão
871 Executivo, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

872

873

A Chefe de Divisão

874

875

876

A Câmara Municipal

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890